

Texto para a questão 01

Rumo à civilização da re-ligação

Analistas, especialmente vindos da biologia, das ciências da Terra e da cosmologia, nos advertem que o tempo atual se assemelha muito às épocas de grande ruptura no processo da evolução, épocas caracterizadas por extinções em massa. Efetivamente, a humanidade se encontra diante de uma situação inaudita. Deve decidir se quer continuar a viver ou se escolhe sua autodestruição.

O risco não vem de alguma ameaça cósmica - o choque de algum meteoro ou asteróide rasante - nem de algum cataclismo natural produzido pela própria Terra - um terremoto sem proporções ou algum deslocamento fenomenal de placas tectônicas. Vem da própria atividade humana. O asteróide ameaçador se chama *homo sapiens demens*, surgido na África há poucos milhões de anos.

Pela primeira vez no processo conhecido de hominização, o ser humano se deu os instrumentos de sua autodestruição. Criou-se verdadeiramente um princípio, o de autodestruição, que tem sua contrapartida, o princípio de responsabilidade. De agora em diante, a existência da biosfera estará à mercê da decisão humana. Para continuar a viver, o ser humano deverá querê-lo. Terá que garantir as condições de sua sobrevivência. Tudo depende de sua própria responsabilidade. O risco pode ser fatal e terminal.

Resumidamente, três são os nós problemáticos que, urgentemente, devem ser desatados: o nó da exaustão dos recursos naturais não renováveis, o nó da suportabilidade da Terra (quanto de agressão ela pode suportar?) e o nó da injustiça social mundial.

Não pretendemos detalhar tais problemas amplamente conhecidos. Apenas queremos compartilhar e reforçar a convicção de muitos, segundo a qual a solução para os referidos problemas não se encontra nos recursos da civilização vigente. Pois o eixo estruturador desta civilização reside na vontade de poder e de dominação. Assujeitar a Terra, espoliar ao máximo seus recursos, conquistar os povos e apropriar-se de suas riquezas, buscar a prosperidade mesmo à custa da exploração da força do trabalho e da dilapidação da natureza: eis o sonho maior que mobilizou e continua

mobilizando o mundo moderno. Ora, esta vontade de poder e de dominação está levando a humanidade e a Terra a um impasse fatal. Ou mudamos ou perecemos.

Temos que mudar nossa forma de pensar, de sentir, de avaliar e de agir. Somos urgidos a fazer uma revolução civilizacional. Sob outra inspiração e a partir de outros princípios mais benevolentes para com a Terra e seus filhos e filhas. Por ela os seres humanos poderão salvar-se e salvar também o seu belo e radiante planeta Terra.

Mais ainda. Esposamos a ideia de que os sofrimentos atuais possuem uma significação que transcende a crise civilizacional. Eles se ordenam a algo maior. Revelam o trabalho de parto em que estamos, sinalizando o nascimento de um novo patamar de hominização. Estão surgindo os primeiros rebentos de um novo pacto social entre os povos e de uma nova aliança de paz e de cooperação com a Terra, nossa casa comum.

Recusamo-nos à ideia de que os 4,5 bilhões de anos de formação da Terra tenham servido à sua destruição. As crises e os sofrimentos se ordenam a uma grande aurora. Ninguém poderá detê-la. De uma época de mudança passamos à mudança de época. Estamos deixando para trás um paradigma que plasmou a história nos últimos quinze mil anos.

(Adaptação de **BOFF, Leonardo**. *O despertar da águia: O dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.)

01) Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. Os três primeiros parágrafos em conjunto apresentam e descrevem o risco de autodestruição que acomete a humanidade.

II. O quarto e o quinto parágrafos em conjunto apresentam os problemas e as soluções advindos do princípio de responsabilidade.

III. O sexto, o sétimo e o oitavo parágrafos em conjunto advertem sobre a necessidade de mudança de paradigma e anunciam o início de novos tempos.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Resposta: Letra D

Item I - CORRETO. Vamos transcrever os três primeiros parágrafos para analisar:

*"Analistas, especialmente vindos da biologia, das ciências da Terra e da cosmologia, **nos advertem** que o tempo atual se assemelha muito às épocas de grande ruptura no processo da evolução, **épocas caracterizadas por extinções em massa**. Efetivamente, a humanidade se encontra diante de uma situação inaudita. **Deve decidir se quer continuar a viver ou se escolhe sua autodestruição**.*

***O risco** não vem de alguma ameaça cósmica - o choque de algum meteoro ou asteroide rasante - nem de algum cataclismo natural produzido pela própria Terra - um terremoto sem proporções ou algum deslocamento fenomenal de placas tectônicas. Vem da própria atividade humana. O asteroide ameaçador se chama homo sapiens demens, surgido na África há poucos milhões de anos.*

*Pela primeira vez no processo conhecido de hominização, o ser humano se deu os instrumentos de sua autodestruição. Criou-se verdadeiramente um princípio, o de autodestruição, que tem sua contrapartida, o princípio de responsabilidade. De agora em diante, a existência da biosfera estará à mercê da decisão humana. **Para continuar a viver, o ser humano deverá querê-lo. Terá que garantir as condições de sua sobrevivência. Tudo depende de sua própria responsabilidade. O risco pode ser fatal e terminal**".*

Item II - INCORRETO. Os parágrafos reforçam ainda mais a problemática do princípio

da autodestruição, e no final afirmam: ou mudamos ou perecemos. Há apenas esse reforço da gravidade do problema, sem haver, no entanto, proposições que visem a solucioná-lo.

Item III - CORRETO. Vamos analisar os parágrafos:

Temos que mudar nossa forma de pensar, de sentir, de avaliar e de agir. Somos urgidos a fazer uma revolução civilizacional. Sob outra inspiração e a partir de outros princípios mais benevolentes para com a Terra e seus filhos e filhas. Por ela os seres humanos poderão salvar-se e salvar também o seu belo e radiante planeta Terra. Mais ainda. Esposamos a ideia de que os sofrimentos atuais possuem uma significação que transcende a crise civilizacional. Eles se ordenam a algo maior. Revelam o trabalho de parto em que estamos, sinalizando o nascimento de um novo patamar de hominização. Estão surgindo os primeiros rebentos de um novo pacto social entre os povos e de uma nova aliança de paz e de cooperação com a Terra, nossa casa comum. Recusamo-nos à ideia de que os 4,5 bilhões de anos de formação da Terra tenham servido à sua destruição. As crises e os sofrimentos se ordenam a uma grande aurora. Ninguém poderá detê-la. De uma época de mudança passamos à mudança de época. Estamos deixando para trás um paradigma que plasmou a história nos últimos quinze mil anos".

Texto para a questão 02

**Lei de Responsabilidade Fiscal, correlação entre
metas e riscos fiscais e o impacto dos déficits
públicos para as gerações futuras**

É certo que o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, representou um avanço significativo nas relações entre o Estado fiscal e o cidadão.

Mais que isso, ao enfatizar a necessidade da *accountability*, atribuiu caráter de essencialidade à gestão das finanças públicas na conduta racional do Estado moderno, reforçando a ideia de uma ética do interesse público, voltada para o regramento fiscal como meio para o melhor desempenho das funções constitucionais do Estado.

(...)

Percebe-se que os dois temas [a correlação entre metas e riscos fiscais e o impacto dos déficits públicos sobre as futuras gerações] se vinculam à função prospectiva da noção de responsabilidade fiscal. **Enquanto o primeiro, normalmente, se adstringe a situações futuras próximas, o segundo vincula-se a situações futuras a longo prazo.**

Portanto, além de a responsabilidade fiscal cumprir o papel de proporcionar recursos de imediato a fim de que o Estado realize as funções a que constitucionalmente está vinculado, busca controlar a situação orçamentária a fim de não comprometer nem o futuro imediato, muito menos o futuro mais distante.

(...)

O estudo das relações entre déficits fiscais e seus efeitos nas gerações futuras, ao menos na economia, não é novo. Economistas clássicos e contemporâneos - dentre eles David Ricardo, Martin Feldstein, James Buchanan e Keynes - trataram do assunto sob perspectivas diferentes.

A reflexão jurídica sobre o assunto, contudo, não se tem mostrado tão farta quanto aquela encontrada na economia. Isso se deve, talvez, à associação feita ao tema dos efeitos na utilização de recursos entre gerações especificamente no campo ambiental - fortalecida, principalmente, após a década de 70, quando o movimento ambientalista passou a formular um discurso jurídico mais sólido, angariando adeptos das mais variadas formações, em diversas partes do planeta.

Não pode, no entanto, a noção jurídica de efeitos entre gerações se restringir à temática ambientalista. Obviamente, ela possui contornos bem definidos naquela área, uma vez que a própria ética ambientalista se funda na distribuição de recursos entre gerações, alicerce para a sobrevivência da própria humanidade.

Mas a alocação de recursos públicos através do equilíbrio orçamentário também se mostra indispensável para que as gerações futuras não sejam privadas de políticas públicas propostas para serem minimamente efetivas, por falta de disponibilização orçamentária suficiente. Isso leva a crer que um dos objetivos da ideia de responsabilidade fiscal é preservar a capacidade de financiamento de políticas públicas para as futuras gerações.

Do mesmo modo que a ética ambientalista tem enfatizado que os recursos ambientais não são inesgotáveis, colocando-se a possibilidade de as gerações presentes virem a exauri-los, privando as futuras gerações da própria existência, não é menos razoável pensar que os recursos públicos, também exauríveis, podem vir a comprometer o desenvolvimento humano e a existência de grupos menos favorecidos, carentes da ação estatal que vise a minorar as desigualdades.

Percebe-se que os gastos públicos normalmente beneficiam muito mais as gerações atuais que as gerações futuras. Entre outros fatores, isso se deve ao fato de que as decisões políticas tendem a visualizar um período estreito de tempo a fim de se concretizarem. Natural - mas não ideal - que assim seja. Tomadores de decisões políticas frequentemente ficam adstritos ao período de seus mandatos, uma vez que percebem que os efeitos de suas decisões são sentidos mais a curto que a longo prazo. Acrescente-se a isso o fato de que muitos eleitores ignoram completamente a complexidade das decisões, não percebendo ou relevando o limitado escopo de tais decisões, não se prolongando no tempo e beneficiando, primordialmente, as gerações atuais.

Pode-se argumentar, a contrário, com três situações. A primeira delas é de que não se pode estabelecer uma relação tão rígida no sentido de que déficits públicos terão o efeito prolongado a ser sentido pelas gerações futuras. Um exemplo disso seria o famoso "erro de Malthus". Ao afirmar que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto o aumento da população se dá em progressão geométrica, Malthus não levou em consideração a evolução tecnológica como transformadora da capacidade de produção de alimentos, pressupondo mesmo uma sociedade estanque.

Nesse sentido, seria possível afirmar que poderiam surgir novas formas de alocação de recursos que eliminariam os déficits, não necessariamente impondo ônus adicionais às gerações futuras.

Esse raciocínio baseia-se, contudo, numa falsa comparação. Primeiramente, porque a alocação de novos recursos nada tem a ver, em princípio, com o impacto tecnológico. O avanço deste não acarreta necessariamente impacto positivo daquela.

Um segundo fator diz respeito ao argumento de que a existência de déficits públicos pode promover o desenvolvimento nacional, o que a experiência brasileira não parece confirmar.

O terceiro argumento contra a ideia de que déficits imporiam ônus às gerações futuras é o de que não se sabe qual será a postura das futuras gerações quanto aos bens materiais. Uma vez que uma postura antimaterialista, já existente na contemporaneidade, pode se disseminar para uma grande parte da população dentro de um Estado, pode-se facilmente defender que futuras gerações se preocuparão pouco com a alocação de recursos públicos e sua utilização através de políticas públicas, importando-se mais com, *v.g.*, valores espirituais, em detrimento dos valores materiais.

A fraqueza dessa tese está no fato de ser ela, meramente, uma suposição. Destarte, não há nenhum dado seguro para afirmar que determinadas gerações futuras serão antimaterialistas ou que se importarão pouco com alocação de recursos destinados à promoção de políticas públicas. Esquecer-se das gerações futuras, tendo em vista a possibilidade de estas se tornarem antimaterialistas, é um exercício de mera futurologia, exercício irresponsável, instituidor de compromissos que poderão ou não ser honrados pelas gerações futuras.

Portanto, a necessidade de as gerações atuais preservarem recursos para as gerações futuras também se dá no que tange aos recursos públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao impor o regramento das contas públicas, racionalizando-as, compromete-se com esse objetivo, ao propugnar que o controle orçamentário repercutirá a curto prazo - incidindo sobre as gerações atuais - e a longo prazo - resguardando a viabilidade fiscal do Estado para as gerações futuras.

(...)

A função da responsabilidade fiscal, como já dito, é de mero meio. É o conceito instrumento essencial para a atuação do Estado moderno. **Não mais se concebe uma atuação estatal efetiva sem uma apurada reflexão sobre os gastos públicos, seus limites e sua aplicação.**

As alternativas atuais para a construção de uma economia sólida e menos suscetível passam necessariamente pelo controle de gastos públicos. Alguns países desenvolvidos, tendo em vista essa perspectiva, buscaram limitar gastos e muitas vezes editaram leis para esse fim. É impossível, na atualidade, visualizar qualquer Estado que se proponha ao desenvolvimento sem um minucioso projeto de controle de gastos públicos.

Imprescindível é, pois, que toda a reflexão sobre a necessidade de um conceito de responsabilidade fiscal não seja perdida da vista dos administradores públicos, assim como dos cidadãos. Somente assim, com a atuação de todos os atores sociais, poder-se-á buscar o controle de gastos públicos, visando a fomentar um crescimento econômico sustentado e garantidor, principalmente, dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal de 1988.

(**Gilmar Ferreira Mendes**, com adaptações. Disponível em:

<<http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud7/impacto.htm>>)

02) Com base na leitura do texto, analise os itens a seguir:

I. Em "Portanto, a necessidade de as gerações atuais preservarem recursos para as gerações futuras também se dá no que tange aos recursos públicos", o termo grifado colabora com a identificação de um pressuposto.

II. Em "Não mais se concebe uma atuação estatal efetiva sem uma apurada reflexão sobre os gastos públicos, seus limites e sua aplicação", na identificação dos implícitos, observa-se um pressuposto.

III. Em "Enquanto o primeiro, normalmente, se adstringe a situações futuras próximas, o segundo vincula-se a situações futuras a longo prazo", a leitura só se efetiva se o leitor identificar os subentendidos.

Assinale:

- a) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- b) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- c) se todos os itens estiverem corretos.
- d) se nenhum item estiver correto.
- e) se somente os itens I e III estiverem corretos.

Resposta: Letra B

Primeiramente, vale a pena diferenciar o que é um **pressuposto** e o que é um **subentendido**. Ambos correspondem a informações implícitas.

Os **pressupostos** são implícitos que são inferidos a partir de elementos linguísticos presentes no texto, como *preposições, conjunções, advérbios* e, até mesmo, *sinais de pontuação, como vírgulas, aspas, reticências, etc.*

Já os **subentendidos** são implícitos que são inferidos a partir de elementos extratextuais (fora do texto). É necessário um conhecimento por parte do leitor acerca do contexto de produção do texto.

Sendo assim, **o pressuposto é incontestável**, uma vez que é extraído do próprio texto. Já **o subentendido é variável**, uma vez que depende da associação do leitor a um determinado contexto.

Em I, a presença do advérbio "também" em dá a entender que **não é somente** no tocante a recursos públicos que se cria a necessidade de se preservarem recursos. Há outros fatores.

Dessa forma, cria-se um pressuposto, pois, para se chegar a essa conclusão, fizemos uso de um elemento linguístico presente no texto: o advérbio "também".

Em II, a presença da expressão "Não mais se concebe" dá a entender que antes se concebia uma atuação estatal sem uma reflexão sobre os gastos públicos. Dessa

forma, cria-se um pressuposto, pois, para se chegar a essa conclusão, fizemos uso de um elemento linguístico presente no texto: a expressão adverbial "Não mais".

Em III, a interpretação do que viriam a ser "situações futuras próximas" ou "situações futuras a longo prazo" fica a cargo do leitor. É de se esperar que, contextualmente, as primeiras se refiram a ações emergenciais (*Copa do Mundo, Olimpíadas, por exemplo*) e as segundas correspondam a ações mais estratégicas (investimento em infraestrutura e educação, por exemplo). Dessa forma, cria-se um subentendido, pois, para se chegar a essa conclusão, fizemos uso possíveis situações contextuais. Fica a cargo do leitor a associação de um contexto adequado para o texto.

Texto para as questões 03 a 08

As categorias da ética

A vida humana se caracteriza por ser fundamentalmente ética. Os conceitos éticos "bom" e "mau" podem ser predicados a todos os atos humanos, e somente a estes. Isso não ocorre com os animais brutos. Um animal que ataca e come o outro não é considerado maldoso, não há violência entre eles.

Mesmo os atos de caráter técnico podem ser qualificados eticamente. Esses atos sempre servem para a expansão ou limitação do ser humano. Sob a perspectiva ética, o que importa nas ações técnicas não é a sua trama lógica, adequada ou eficiente para obter resultados, mas sim a qualificação ética desses resultados.

A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins. A energia nuclear pode ser empregada para o bem ou para o mal. Na verdade, ela é investigada, apurada e criada para algum resultado, que lhe confere validade. Não vale por si mesma, do ponto de vista ético. Pode valer pela sua eventual utilidade, como meio; mas o uso de energia nuclear, para ser considerado bom ou mau, deve referir-se aos fins humanos a que se destina.

Vê-se, pois, que o plano ético permeia todas as ações humanas. Isso ocorre porque o homem é um ser livre, vocacionado para o exercício da liberdade, de modo consciente.

Sem liberdade não há ética. A liberdade supõe a operação sobre alternativas; ela se concretiza mediante a escolha, a decisão, a consciência do que se faz. Isso implica refugir à determinação unilinear necessária, à determinação meramente causal. É a afirmação da contingência, da multiplicidade. Diante da multiplicidade de caminhos a nossa disposição, avaliamos e escolhemos. Na verdade, somos obrigados a escolher. Somos obrigados a exercer a liberdade. Assim, a decisão supõe a possibilidade e, paradoxalmente, a necessidade de estimar as coisas e as ações humanas para atender as nossas demandas; supõe a avaliação de múltiplos fatores que perfazem uma situação humana complexa. Aí, portanto, temos também compreendida a esfera do valor. Não há liberdade sem valoração. Essa esfera, entretanto, é muito ampla, pois envolve não só o mundo da ética, mas também o da utilidade, da estética, da religião etc. Sob o ângulo especificamente ético, não haverá escolha, exercício da liberdade, definição ética quando não houver avaliação, preferência a respeito das ações humanas. Eis por que na base da ética, como dissemos, encontram-se necessariamente a liberdade e a valoração; a ética só se põe no mundo da liberdade, da escolha entre ações humanas avaliadas.

A escolha, a decisão, que é manifestação de nossa liberdade, só é possível tendo por fundamento o mundo axiológico, tanto quanto este tem por condição de possibilidade a liberdade. Não se pode estimar sem alternativas possíveis.

Na medida em que se escolhe, se avalia para obter a consciência do que é preferido. Ao escolher um caminho, pondera-se que, de algum modo ou sob algum prisma, é o melhor em relação a outro; o caminho escolhido mata outras possibilidades. Na escolha não pode haver indiferença. Ela está dirigida à ação, à exteriorização, à tomada de posição. Isto significa que a escolha, a decisão, nos leva à determinação normativa ou imperativa de uma via em detrimento de outra.

O mundo oferece resistências e determinações necessárias e, por meio destas, as ações éticas se realizam precisamente enquanto as contrariam. As ações éticas brilham justamente quando se opõem às tendências "naturais" do homem. Assim, a liberdade não só se contrapõe à necessidade, como sua negação, mas também existe em função desta. Não há liberdade sem necessidade. Não há ética sem impulso, sem desejo. A

melhor prova da liberdade é o esforço de superação da necessidade, afirmando-a e negando-a dialeticamente, a um só tempo. Então, o mundo ético só é possível no meio social, no bojo das determinações sociais.

O fenômeno ético não é um acontecimento individual, existente apenas no plano da consciência pessoal. Isso porque o ente singular do homem só se manifesta, como ser autêntico, em suas relações universais com a sociedade e com a natureza. Esse fenômeno é resultante de relações sociais e históricas, compreendendo também o mundo das necessidades, da natureza. A ética só existe no seio da comunidade humana.

Os homens ou grupos de homens que controlam a produção e os meios de circulação econômica dos bens possuem maior liberdade do que aqueles que não têm o poder desse controle. Por aí se vê também que a liberdade e a ética não se reduzem a fenômenos meramente subjetivos; elas têm sempre dimensões sociais, históricas e objetivas.

Há, assim, um grande esforço, um esforço ético-político para se obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, quer dentro das comunidades, quer entre as comunidades. Na verdade existe uma ética sobre a ética, uma meta-ética. A meta-ética é utópica, crítica, subversiva e transcende as condições mais imediatas da vida social. No entanto, ela precisa ser possível no mundo dos fatos sociais, sob pena de se perder como uma utopia de meros sonhos.

(Adaptado de **ALVES, Alaôr Caffé**. In: www.centrodebate.org)

03) A partir da tese defendida pelo autor, é correto afirmar que:

- a)** a ética é condicionante da existência humana e fundamenta qualquer tipo de ação que envolva uma escolha entre "certo" e "errado".
- b)** o conceito de ética aplica-se sobretudo aos seres humanos que praticam atos de natureza técnica e atuam profissionalmente.
- c)** a violência entre animais brutos decorre da inexistência de uma noção ética que regule suas relações.

d) as noções de "bom" e "mau" estão na base das organizações sociais, sejam elas humanas ou não.

e) o princípio ético que orienta os atos técnicos está menos nos seus resultados e mais na própria concepção desses atos.

Resposta: Letra A

Letra A - CERTO. No parágrafo de abertura, o autor esclarece que "os conceitos éticos "bom" e "mau" podem ser predicados a todos os atos humanos (...)", enfim, o ser humano está apto a separar o certo do errado. E conclui no quarto parágrafo que "(...) o plano ética permeia todas as ações humanas".

Letra B - ERRADO - Parafraseando o texto, os princípios éticos permeiam todos os âmbitos de ações humanas, até mesmo os de natureza técnica ou profissional. Não significa, assim, que estes últimos se destaquem frente aos demais. A expressão "*até mesmo*" enfatiza a inclusão, e não a relevância.

Letra C - ERRADO - Segundo o texto, no primeiro parágrafo, não existe violência entre os animais brutos, pois inexistem para estes os conceitos de "*bom*" e "*mau*".

Letra D - ERRADO - Segundo o texto, os conceitos de "*bom*" e "*mau*" somente se aplicam às relações humanas.

Letra E - ERRADO - No trecho "*A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins.*", fica evidente que os princípios éticos se concentram mais nos resultados (fins) do que nos meios.

04) Com relação aos terceiro e quarto parágrafos, analise as afirmativas a seguir.

I. O objetivo principal do terceiro parágrafo é conceituar *regras técnicas e normas éticas*.

II. O plano do terceiro parágrafo inclui uma exemplificação para sustentar a tese anteriormente explicitada.

III. O início do quarto parágrafo apresenta uma conclusão acerca das ideias apresentadas no terceiro.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Resposta: Letra E (F, V, V)

I - Falsa - O objetivo central do texto é defender a seguinte tese: *"A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins."*. Até se trabalham sutilmente os conceitos de *"regras técnicas"* e *"normas éticas"*, mas a serviço do objetivo principal.

II - Verdadeira - A exemplificação do emprego da energia nuclear serve para diferenciar a regra técnica da norma ética, evidenciando, dessa forma, que a eficiência técnica leva em consideração a primeira em detrimento da segunda.

III - Verdadeira - Isso fica bem evidente com o emprego da conjunção *"pois"*, posicionada após o verbo (*Vê-se, pois, que...*). Trata-se de uma conjunção conclusiva, equivalente a *"portanto"*.

05) *A escolha, a decisão, que é manifestação de nossa liberdade, só é possível tendo por fundamento o mundo axiológico.*

Considerando o contexto da frase, o vocábulo sublinhado tem significado equivalente a:

- a) das normas.
- b) dos mercados.

- c) dos indivíduos.
- d) das liberalidades.
- e) das verdades.

Resposta: Letra A

De acordo com a definição dicionária, "axiológico" está relacionado a "axioma", ou seja, a algo que deve ser tomado como regra, norma e que não requer comprovações. Diz respeito às normas morais que devem reger a escolha dos indivíduos.

Essa acepção se distancia das expressões "dos mercados", pois esta se refere unicamente ao mundo dos negócios; "dos indivíduos", pois as normas éticas são de cunho coletivo, e não individual; "das liberdades", pois o texto regulamenta o exercício das liberdades individuais por meio das normas éticas; por fim, "das verdades", já que o processo de escolha é pautado por aquilo que representa a melhor opção do ponto de vista ético, não tendo uma relação necessariamente restrita ao conceito de verdade.

06) Da compreensão adequada de conceitos apresentados pelo texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O senso-comum de *liberdade* é reconstruído e passa a incluir a noção de que nem todos são livres na mesma medida.
- II. O conceito de *ética* fundamenta-se numa perspectiva naturalista e põe em segundo plano seu viés social.
- III. As ideias de *liberdade* e *obrigação* não são concepções excludentes; ao contrário, envolvem implicação necessária.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Resposta: Letra D

I - Verdadeira - De acordo com o texto, a ideia de que todos são igualmente livres não é verdade. Isso fica bem evidente no trecho: "*Os homens ou grupos de homens que controlam a produção e os meios de circulação econômica dos bens possuem maior liberdade do que aqueles que não têm o poder desse controle.*"

II - Falsa - Essa afirmativa é contradita na seguinte passagem do texto: "***O fenômeno ético não é um acontecimento individual**, existente apenas no plano da consciência pessoal. Isso porque **o ente singular do homem só se manifesta, como ser autêntico, em suas relações universais com a sociedade e com a natureza.***". Dessa forma, só faz sentido se falar em ética quando esta é abordada sob um ponto de vista coletivo, social.

III - Verdadeira - De acordo com o texto, somos obrigados a buscar a liberdade e a escolher. Dessa forma, os termos "*obrigação*" e "*liberdade*" se relacionam entre si por meio de uma implicação.

07) Da leitura do quarto parágrafo, deduz-se que o autor:

- a) afirma-se perplexo ante a unilateralidade das escolhas.
- b) contraria a ideia de liberdade como ação racionalmente concebida.
- c) opõe-se à aceitação do determinismo como fonte das ações humanas.
- d) defende a vocação como forma de realização pessoal.
- e) situa na determinação causal a origem da infelicidade humana.

Resposta: Letra C

Letra A - ERRADO - O autor, em nenhum momento, transparece perplexidade. O seu ponto de vista é defendido de maneira harmônica e racional.

Letra B - ERRADO - O autor afirma que a liberdade se concretiza a partir da consciência daquilo que se faz, ou seja, supõe que a liberdade seja resultado de um raciocínio de escolha.

Letra C - CERTO - A determinação unilinear e a mera determinação causal são insuficientes, segundo o autor, para que concretizemos a liberdade de escolha e de avaliação.

Letra D - ERRADO - O autor não se concentra em aspectos de realização nem de vocação pessoal. Sua análise se concentra em aspectos gerais, ligados às escolhas humanas.

Letra E - ERRADO - Não se cita no parágrafo uma relação entre a determinação causal e a infelicidade.

08)

Mesmo os atos de caráter técnico podem ser qualificados eticamente. Esses atos sempre servem para a expansão ou limitação do ser humano. Sob a perspectiva ética, o que importa nas ações técnicas não é a sua trama lógica, adequada ou eficiente para obter resultados, mas sim a qualificação ética desses resultados.

No trecho acima, está implícita uma posição contrária à concepção de neutralidade atribuída aos atos de caráter técnico. O instrumento linguístico que permite a construção desse implícito é o emprego do vocábulo:

a) qualificados.

b) limitação.

c) mesmo.

d) não.

e) mas.

Resposta: Letra C

Das opções de termos apresentadas, a que quebra a ideia de neutralidade é a letra C. O termo "*Mesmo*" reforça a inclusão dos atos de caráter técnico no grupo de ações humanas que são passíveis de avaliação com base em critérios éticos.

Texto para as questões 09 e 10

Corrupção, ética e transformação social

Em toda História do Brasil, talvez nunca tenhamos visto um momento em que notícias de corrupção tenham sido tão banais nos meios de comunicação, e tão discutidas por grande parte da população. Em qualquer lugar (mesmo que seja um ônibus, por exemplo), sempre há alguém falando sobre a crise na saúde, a crise na educação e, inclusive, a crise ética na política brasileira.

Contudo, é preciso notar também que, muitas vezes, enquanto cidadãos, nós mesmos raramente decidimos fazer alguma coisa pela transformação da realidade - isso, quando fazemos algo. Certo comodismo nos toma de assalto e reveste toda a nossa fala de uma moral vazia, estéril, que se reduz à crítica que não busca alterar a realidade. Afinal de contas, em época de eleições, como a que estamos prestes a vivenciar, nós notamos nas propagandas políticas dos partidos a presença dos mesmos políticos e das mesmas propostas políticas, as mesmas já prometidas nas eleições anteriores, e que jamais foram executadas. Logicamente há as exceções de certos governantes que fazem por onde efetivar suas promessas, mas esses, infelizmente, continuam sendo uma minoria em todo o Brasil.

Numa outra perspectiva, é interessante perceber também quão contraditória consiste ser a distância entre o que nós criticamos em nossos políticos e as ações que nós reproduzimos em nosso cotidiano. De uma forma ou de outra, reproduzimos a

corrupção que nós percebemos na administração pública nacional quando empregamos o chamado jeitinho brasileiro, em que o peso de um sobrenome ou o peso da influência do status social passa a ser um dos elementos determinantes para a obtenção de certos fins. É nesse sentido que podemos apontar aqui um grave problema social brasileiro, uma das principais bases para se buscar o fim da corrupção política no Brasil: a existência de uma ética baseada em uma falta de ética. Como poderemos superar essa incongruência?

Com certeza, a Educação pode ser a saída ideal. Mas tem de ser uma Educação voltada para desenvolver nas crianças, nos jovens e até mesmo nos universitários - independentemente de frequentarem instituições públicas ou privadas - uma preocupação para com o bem público, isto é, para com a sociedade. Uma Educação que os leve a superar uma concepção de mundo utilitarista, segundo a qual toda sociedade humana não passa de um somatório de indivíduos e seus interesses pessoais, que tão bem se acomoda ao jeitinho brasileiro, será o primeiro passo para se desenvolver uma sociedade mais justa, uma sociedade em que a preocupação com o público, com o coletivo, será a forma ideal para buscar a felicidade individual, que tanto preocupa certos conservadores.

Para tanto, sabemos que é preciso não uma "educação política", mas sim uma educação politizada. Uma educação que reconheça que a solução para a corrupção centra-se em conceber a política não apenas como um instrumento para se alcançar um determinado fim, consolidando-se, portanto, numa mera razão instrumental. Uma educação na qual a própria política, a partir do momento em que buscar ser de fato um meio para se alcançar o bem de todos - como ao que se propõe o nosso modelo democrático -, vai estruturar uma ética que localizará no comodismo e no jeitinho brasileiro as raízes de nosso analfabetismo político, substituindo-os por outras formas de ação social ao longo da construção de uma cultura cívica diferente.

(adaptado de MOREIRA, Moisés S. In www.mundojovem.com.br/)

09) De acordo com o texto, é **incorreto** afirmar que:

- a) A concepção de democracia no Brasil inclui, contraditoriamente, a razão instrumental como filosofia.
- b) O fato de fazermos uso do jeitinho como instrumento é uma das evidências de nosso analfabetismo político.
- c) O conceito de Educação politizada implica a negação do modelo de civismo em voga na sociedade atual.
- d) A ideia de justiça social deve ter como corolário a noção de que a felicidade de um é a felicidade de todos.
- e) A equivalência entre bem público e sociedade é um dos pontos de partida para o sucesso da educação pública.

Resposta: Letra E

Letra A - CERTO - O autor rejeita o emprego da política como unicamente um instrumento para se alcançar um determinado fim. Dessa forma, deixa claro que o brasileiro associa o conceito de democracia a uma razão meramente instrumental.

Letra B - CERTO - O autor considera o jeitinho brasileiro uma manifestação de corrupção, incoerente com as reivindicações em prol da ética no período de eleições.

Letra C - CERTO - O autor critica a forma de civismo adotada pelos brasileiros, que ainda privilegia o jeitinho brasileiro.

Letra D - CERTO - É defendida a ideia de uma sociedade que se preocupe com o público, o coletivo.

Letra E - ERRADO - Essa ideia engloba todas as esferas de educação, independente de instituições públicas ou privadas.

10) Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. O primeiro parágrafo introduz o tema, situando historicamente a origem da corrupção no Brasil.

II. O terceiro parágrafo opõe a capacidade de criticar o outro à incapacidade de observar a própria forma de agir.

III. Do quinto parágrafo deduz-se que uma *educação politizada* ensina que os fins não justificam os meios.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Resposta: Letra D

I - Falsa - Não se fala no parágrafo da origem histórica da corrupção no Brasil. Apenas se afirma que ela tem sido bem mais comentada do que antes.

II - Verdadeira - Compara-se o comportamento do brasileiro no período de eleições, que reivindica a ética por parte dos políticos, com as atitudes do dia a dia, que privilegiam o jeitinho brasileiro.

III - Verdadeira - O autor defende que a política não se resume a um conjunto de instrumentos para a busca de um determinado fim.

Texto para as questões 11 e 12

O jeitinho brasileiro e o homem cordial

O jeitinho caracteriza-se como ferramenta típica de indivíduos de pouca influência social. Em nada se relaciona com um sentimento revolucionário, pois aqui

não há o ânimo de se mudar o status quo. O que se busca é obter um rápido favor para si, às escondidas e sem chamar a atenção; por isso, o jeitinho pode ser também definido como "molejo", "jogo de cintura", habilidade de se "dar bem" em uma situação "apertada".

Sérgio Buarque de Holanda, em *O Homem Cordial*, fala sobre o brasileiro e uma característica presente no seu modo de ser: a cordialidade. Porém, cordial, ao contrário do que muitas pessoas pensam, vem da palavra latina *cor*, *cordis*, que significa coração. Portanto, o homem cordial não é uma pessoa gentil, mas aquele que age movido pela emoção no lugar da razão, não vê distinção entre o privado e o público, detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade.

Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um suposto caráter emocional do brasileiro, descrito como "o homem cordial" pelo antropólogo. No livro *Raízes do Brasil*, esse autor afirma que o indivíduo brasileiro teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade. Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então. Daí a grande tendência fratricida observada na época do Brasil Império, que é bem ilustrada pelos episódios conhecidos como Guerra dos Farrapos e Confederação do Equador.

Na vida cotidiana, tornava-se comum ignorar as leis em favor das amizades. Desmoralizadas, incapazes de se impor, as leis não tinham tanto valor quanto, por exemplo, a palavra de um "bom" amigo. Além disso, o fato de afastar as leis e seus castigos típicos era uma prova de boa-vontade e um gesto de confiança, o que favorecia boas relações de comércio e tráfico de influência. De acordo com testemunhos de comerciantes holandeses, era impossível fazer negócio com um brasileiro antes de fazer amizade com ele. Um adágio da época dizia que "aos inimigos, as leis; aos amigos, tudo". A informalidade era - e ainda é - uma forma de se preservar o indivíduo.

Sérgio Buarque avisa, no entanto, que esta "cordialidade" não deve ser entendida como caráter pacífico. O brasileiro é capaz de guerrear e até mesmo destruir; no entanto, suas razões animosas serão sempre cordiais, ou seja, emocionais.

(In: www.wikipedia.org - com adaptações.)

11) De acordo com o texto, é **incorreto** afirmar que:

- a)** o jeitinho brasileiro é um comportamento típico de indivíduos de pouca influência social e avessos a formalidades.
- b)** a instituição do jeitinho tem origem, segundo os antropólogos, no comprovado caráter emocional do brasileiro.
- c)** a imposição de leis e de ordens tidas como artificiais pode explicar a propensão do brasileiro para driblar normas.
- d)** na sociedade colonial, era comum observar que o brasileiro tendia a valorizar a amizade em detrimento da própria lei.
- e)** o indivíduo que utiliza a ferramenta do jeitinho age por emoção, ignorando os limites entre as esferas pública e privada.

Resposta: Letra B

Letra A - CERTO - Trata-se de um comportamento típico de pessoas de pouca influência social, que não desejam obedecer aos rigores formais das leis e vão em busca discretamente de favorecimentos imediatos.

Letra B - ERRADO - O texto apresenta esse comportamento como suposto, e não como já comprovado. É o que fica evidenciado no trecho: *Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um **suposto** caráter emocional do brasileiro.*

Letra C - CERTO - É o que se afirma no 3o parágrafo: as instituições e as leis muitas vezes foram impostas aos brasileiros, sem haver um diálogo prévio entre governante e governado.

Letra D - CERTO - Em virtude do caráter coercitivo das leis, tornava-se uma prova de amizade driblar os rigores formais para favorecer um conhecido.

Letra E - CERTO - O indivíduo não obedece aos rigores previstos de forma objetiva nas leis, deixando-se levar pela necessidade de ser cordial em suas relações.

12) Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. O segundo parágrafo introduz o tema, discorrendo sobre a origem etimológica de *jeitinho*.

II. O quarto parágrafo apresenta um fato que busca explicar a disposição para a informalidade nas relações comerciais.

III. O quinto parágrafo esclarece as diferenças entre as noções de cordialidade e passividade, que não são sinônimas.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I está correta.
- b) se somente a afirmativa II está correta.
- c) se somente a afirmativa III está correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e) se todas as afirmativas estão corretas.

Resposta: Letra D

I - **Falsa** - Discorre-se sobre a origem etimológica de *cordial*.

II - Verdadeira - Apresentam-se exemplos de fatos cotidianos observados no período colonial que endossam a tese do jeitinho brasileiro: *a necessidade de se fazer amizade com os brasileiros, citada pelos comerciantes holandeses, e a menção de aplicar as leis aos inimigos, citada pelo adágio da época.*

III - Verdadeira - Nesse parágrafo, cita-se a menção de Sérgio Buarque de Holanda, que estabelece diferenciação entre tom cordial e tom pacífico. O brasileiro tem da primeira característica, mas não necessariamente da segunda.

Texto para a questão 13

Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica

No Brasil, embora exista desde 1988 o permissivo constitucional para responsabilização penal das pessoas jurídicas em casos de crimes ambientais (artigo 225, parágrafo 3º), é certo que a adoção, na prática, dessa possibilidade vem se dando de forma bastante tímida, muito em razão das inúmeras deficiências de técnica legislativa encontradas na Lei 9.605, de 1998, que a tornam quase que inaplicável neste âmbito.

A partir de uma perspectiva que tem como ponto de partida os debates travados no âmbito doutrinário nacional, insuflados pelos também acalorados debates em plano internacional sobre o tema e pela crescente aceitação da possibilidade da responsabilização penal da pessoa jurídica em legislações de países de importância central na atividade econômica globalizada, é possível vislumbrar que, em breve, discussões sobre a ampliação legal do rol das possibilidades desse tipo de responsabilização penal ganhem cada vez mais espaço no Brasil.

É certo que a mudança do enfoque sobre o tema, no âmbito das empresas - principalmente, as transnacionais -, decorrerá também de ajustamentos de postura administrativa decorrentes da adoção de critérios de responsabilização penal da pessoa jurídica em seus países de origem. Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo, a fim de evitar respingos de responsabilização em sua matriz.

Na Espanha, por exemplo, a recentíssima reforma do Código Penal - que atende diretivas da União Europeia sobre o tema - trouxe, no artigo 31 *bis*, não só a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica (por delitos que sejam cometidos no exercício de suas atividades sociais, ou por conta, nome, ou em proveito delas), mas também estabelece regras de como essa responsabilização será aferida nos casos concretos (ela será aplicável [...], em função da inoperância de controles empresariais, sobre atividades desempenhadas pelas pessoas físicas que as dirigem ou que agem em seu nome). A vigência na nova norma penal já trouxe efeitos práticos no cotidiano acadêmico e empresarial, pois abundam, naquele país, ciclos de debates acerca dos instrumentos de controle da administração empresarial, promovidos por empresas que pretendem implementar, o quanto antes, práticas administrativas voltadas à prevenção de qualquer tipo de responsabilidade penal.

Dessa realidade legal e da tendência político-criminal que dela se pode inferir, ganham importância, no espectro de preocupação não só das empresas estrangeiras situadas no Brasil, mas também das próprias empresas nacionais, as práticas de *criminal compliance*.

Tem-se, *grosso modo*, por *compliance* a submissão ou a obediência a diversas obrigações impostas às empresas privadas, por meio da implementação de políticas e procedimentos gerenciais adequados, com a finalidade de detectar e gerir os riscos da atividade da empresa.

Na atualidade, o direito penal tem assumido uma função muito próxima do direito administrativo, isto é, vêm-se incriminando, cada vez mais, os descumprimentos das normas regulatórias estatais, como forma de reforçar a necessidade de prevenção de riscos a bens juridicamente tutelados. Muitas vezes, o mero descumprimento doloso dessas normas e diretivas administrativas estatais pode conduzir à responsabilização penal de funcionários ou dirigentes da empresa, ou mesmo à própria responsabilização da pessoa jurídica, quando houver previsão legal para tanto.

Assim sendo, *criminal compliance* pode ser compreendido como prática sistemática de controles internos com vistas a dar cumprimento às normas e deveres ínsitos a cada atividade econômica, objetivando prevenir possibilidades de responsabilização penal decorrente da prática dos atos normais de gestão empresarial.

No Brasil, por exemplo, existem regras de *criminal compliance* previstas na Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613, de 3 de março de 1998 - que sujeitam as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros, compra e venda de moeda estrangeira ou ouro ou títulos ou valores mobiliários, à obrigação de comunicar aos órgãos oficiais sobre as operações tidas como "suspeitas", sob pena de serem responsabilizadas penal e administrativamente.

Porém, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o criminal compliance sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia. Trata-se, portanto, de um assunto de relevante interesse para as empresas nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil, bem como para os profissionais especializados na área criminal, que atuarão cada vez mais veementemente na prevenção dos riscos da empresa. (...)

(Leandro Sarcedo e Jonathan Ariel Raicher. In: Valor Econômico. 29/03/2011 - com adaptações)

13) Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. Nas empresas transnacionais, políticas de *criminal compliance* devem ser pensadas em adequação às diferentes legislações que podem ser adotadas nos diversos países em que atuam.

II. Para evitar que bens juridicamente tutelados sejam atingidos, o direito penal vem se aproximando cada vez mais do direito administrativo.

III. No tocante ao modelo de *criminal compliance* adotado hoje no Brasil, percebe-se a nítida influência da reforma do Código Penal espanhol.

Assinale

a) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- d) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

Resposta: Letra D

I - Verdadeiro - O 3o parágrafo deixa bem evidente esse pensamento, ao afirmar que *"Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo"*.

II - Verdadeiro - Tal ideia vem bem explícita no 7o parágrafo

III - Falso - Não há essa influência citada no texto. A Espanha é apresentada somente como um exemplo dentre países que adotaram práticas de *"criminal compliance"*.

14)



(Rodrigo Zoom. <http://www.flickr.com/photos/rodrigozoom>)

A respeito da interpretação do quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

- I. Associando texto e imagem, é correto afirmar que o uso da ironia é a chave para o entendimento do quadrinho.
- II. Na fala do homem, o humor reside em um trocadilho com relação à fala da mulher.

III. Não há elementos textuais que indiquem ser possível afirmar com certeza se o homem entendeu ou não a mensagem da mulher.

Assinale

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Resposta: Letra B

A fala do homem é ambígua, ou seja, dá margem a mais de uma interpretação. Uma possibilidade é ele ter de fato entendido o correto significado de "**sedentária**" e ter se expressado de forma irônica na sua resposta à mulher. Outra possibilidade é ele ter entendido errado o significado de "*sedentária*", associando essa palavra à sede, gerando, assim, um efeito de humor.

Assim, temos:

I - Falso - A ironia é uma possibilidade de interpretação. A outra é o trocadilho "*sedentária*" por "*sedenta*", que gera o efeito de humor.

II - Verdadeiro - O humor pode ser gerado da troca de "*sedentária*" por "*sedenta*".

III - Verdadeiro - Conforme explicado, há duas interpretações possíveis para a fala do homem. Não se pode afirmar qual delas é a que cabe de fato ao contexto do quadrinho.

Texto para a questão 15

Nosso amor que eu não esqueço
E que teve o seu começo
Numa festa de São João
Morre hoje sem foguete
Sem retrato e sem bilhete
Sem luar, sem violão
Perto de você me calo
Tudo penso e nada falo
Tenho medo de chorar
Nunca mais quero o seu beijo
Mas meu último desejo
Você não pode negar
Se alguma pessoa amiga pedir
Que você lhe diga
Se você me quer ou não
Diga que você me adora
Que você lamenta e chora
A nossa separação
Às pessoas que eu detesto
Diga sempre que eu não presto
Que meu lar é o botequim
Que eu arruinei sua vida
Que eu não mereço a comida
Que você pagou pra mim

(Noel Rosa)

A respeito da composição de Noel Rosa, analise as afirmativas a seguir:

I. É possível inferir pela leitura da composição que se trata do último desejo da vida de um dos amantes.

II. Não é possível identificar textualmente se a voz que fala na composição é masculina ou feminina.

III. O último desejo é constituído por dois pedidos.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

Resposta: Letra B

I - Falso - Não se pode afirmar que seja o último desejo da vida de um dos falantes. É sim apenas o último pedido que ele faz à amada.

II - Verdadeiro - É possível inferir contextualmente que se trata de uma figura masculina. Porém, textualmente, não há elementos indicadores de gênero que identifiquem essa pessoa.

III - Verdadeiro - São dois pedidos: um, caso as indagações partam de pessoas amigas, e outro, caso as indagações partam de pessoas que o personagem detesta.